

Sumário

3. A Integração da Lei nº 12.318/2010 ao Novo Paradigma da Alienação Familiar Induzida como Situação de Risco.....	1
3.1 Definindo a competência jurisdicional para a apuração do ato de alienação familiar induzida.....	13
3.1.1 Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário: uma interessante descoberta	17
3.1.2 A Justiça Especializada de Infância e Juventude e o ato de Alienação Familiar Induzida.....	24
3.2 Discutindo diretrizes materiais e processuais para a investigação do ato de alienação familiar induzida	50
3.2.1 Legitimidade para a demanda.....	64
3.2.2 Desmistificando a atuação de ofício do magistrado....	68
3.2.3 Guarda, convivência e reconstrução de vínculos.....	71
3.2.4 A (falsa) denúncia de abuso sexual.....	84
3.3 As oficinas de parentalidade e a contribuição do CNJ para a proteção integral	105
Referências	113

Apêndice

Apêndice A - Questionário ao Comitê Gestor das Tabelas Processuais Unificadas do CNJ.....	135
----------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Anexos

Anexo A - Informações da Comitê Gestor das Tabelas Processu- ais Unificadas do CNJ.....	139
--------------------------------------------------------------------------------------------	-----